



Demonstrações Financeiras 2022

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento do Noroeste de Mato Grosso,
Acre e Amazonas - Sicredi Biomas**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria**





EY
Building a better
working world

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - sala 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas
Araputanga - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 16 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Renata Zanotta Calçada
Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

Relatório da Administração

Nossa jornada completou seus 120 anos no Brasil em 2022, a partir da fundação da primeira cooperativa de crédito, em 28 de dezembro de 1902. O objetivo da primeira cooperativa foi melhorar as condições de vida das pessoas que viviam naquela comunidade e ele segue atual, fazendo parte do nosso propósito e das nossas ações. Colaborar com o desenvolvimento e a transformação social das regiões onde atuamos é uma das nossas premissas desde a nossa fundação. Isso se dá por meio de iniciativas que entregam um relacionamento diferenciado, cooperativo, e que refletem os valores do cooperativismo, como solidariedade, transparência, responsabilidade e sustentabilidade.

Cenário Econômico

No ano de 2022 vimos um acirramento da inflação no Brasil e no mundo, após deflagrada a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de diversas commodities. Como resposta a esse cenário, os Bancos Centrais do mundo inteiro decidiram adotar uma postura de aperto monetário, dando início ao ciclo de alta de juros global. O destaque foi o Federal Reserve (o Banco Central dos EUA) que iniciou seu ciclo de alta de juros em março deste ano com os fed funds na faixa entre 0,00% e 0,25% e encerrou o ano de 2022 na faixa entre 4,25% - 4,50%, e deve continuar subindo os juros em 2023. O efeito do aumento da taxa de juros nas economias avançadas contribuiu para reprecificação dos ativos de risco pelo mercado e o aumento da perspectiva de redução do crescimento mundial.

No Brasil, o ciclo de aperto monetário começou no início de 2021, e por conta disso, os dados de inflação já apontam uma tendência desinflacionária. De fato, o Banco Central encerrou o ciclo de alta de juros com a Selic a 13,75% a.a. e deve seguir neste patamar elevado até metade do ano que vem. O efeito da reabertura na atividade econômica influenciou o bom crescimento do PIB no primeiro semestre de 2022, principalmente pelo avanço dos setores de serviços. Porém, a atividade econômica já vem apresentando sinais de acomodação à medida que o efeito da reabertura se esgota e os efeitos da política monetária restritiva se tornam mais evidentes. Além disso, vale destacar a condição da renda das famílias. Se por um lado, a melhora do mercado de trabalho contribuiu para o crescimento da renda, com a população ocupada atingindo recorde de crescimento e a taxa desemprego passando de 11,2% em janeiro de 2022 para 8,2% na leitura de outubro, por outro, a entrada desses trabalhadores foi acompanhada pelo aumento da inadimplência e do endividamento das famílias, visto o encarecimento do crédito e a escalada dos preços. Por fim, o ano de 2022 se encerra com um novo presidente eleito e preocupações com a política fiscal que será executada nos próximos anos.

Acreditamos que podemos contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais próspera

Somos uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento dos nossos associados e com o desenvolvimento das regiões onde atuamos. Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros, que vão desde conta corrente e cartões até investimentos, seguros, consórcios, máquina de cartões e conta 100% digital, atendendo pessoas físicas, jurídicas e produtores rurais. No nosso modelo de atuação, os recursos captados são reinvestidos na região. Assim, impactamos positivamente a comunidade, estimulando a geração de renda e o crescimento sustentável. Nossos associados são os verdadeiros donos do negócio, com direito a participação nos resultados e nas decisões das cooperativas por meio de voto.[■] Durante esse período, destacamos os seguintes fatos administrativos:

* Expansão para o Acre e Amazonas: Desde 2015, a Sicredi Biomas vem numa crescente com o projeto de expansão, tanto de associados quanto territorial. Nesse ano de 2022 foram abertas mais 2 agências no Acre (Taraúacá e Senador Guiomard) e 1 agência no Amazonas (Boca do Acre).

* Reinauguração das instalações das agências de Vila Bela da Santíssima Trindade, Jauru e Indiavaí, todas no estado do Mato Grosso.

* Implantação de Caixas Eletrônicos Recicladores em 22 agências: com objetivo de otimizar tempo nas transações de depósito e saque dos associados.

* Campanha Juntos Vamos Além: onde a cooperativa incentivou os associados e não associados a fazer investimentos financeiros em Capital Social, Poupança e Renda Fixa. Além do objetivo de captação de recursos para ampliar a carteira de crédito, a cooperativa buscou incentivar a educação financeira nas comunidades onde atua. Ao todo, a campanha foi amplamente divulgada pelas 28 agências da cooperativa, nos estados do Acre, Amazonas e Mato Grosso, durante o período de 28/01/2022 a 30/06/2022.

* Isenção de Anuidade de cartão de crédito: com objetivo de incentivar a utilização do cartão de crédito pelos associados.

* Feirão sinal verde - campanha de veículos, motocicletas e energia solar: No intuito de promover oportunidades e condições acessíveis para nossos associados, contribuindo com a realizações de sonhos, e gerando maior sustentabilidade em nossa sociedade, foi realizado um FEIRÃO de financiamento de energia solar, motocicletas e automóveis. Entre os períodos do dia 17/10/2022 até o dia 31/12/2022.

* Campanha de capital de giro: No intuito de gerar sustentabilidade financeira em nossa comunidade, proporcionar melhor experiência ao usuário e apoiar os associados pessoas jurídicas da Cooperativa Biomas, foi realizado uma campanha de oferta de produto de capital de giro diante do momento próprio para financiar despesas de décimo terceiro salário, renovação de estoques, compra de matérias-primas e mercadorias, bem como o pagamento de fornecedores, enfim atender a necessidade do negócio do associado.

* PROJETO RAÍZES: tem por finalidade a execução de um programa de assistência técnica e extensão rural a empreendimentos rurais e/ou agroindustriais e elaboração de projetos e propostas de obtenção de apoio financeiro através de financiamento a ser realizado pela Sicredi Biomas, em todas as agências de sua área de atuação, com o objetivo de apoiar ações coletivas ou individuais de agregação de valor, otimização do trabalho familiar, emprego de tecnologias e acesso a mercados de produtos da agricultura familiar.

* Linha MAIS MICROCRÉDITO: Objetivo aumentar a pulverização do crédito dentro das carteiras e agências, visando dar acesso a associados que ainda não foram atendidos e desassistidos por outras instituições financeiras, propondo fortalecer e fomentar a economia da comunidade onde atuamos. Ele é um empréstimo de pequeno valor direcionado ao público PF I, PF II, microempreendedores e suas principais finalidades são a geração de renda, trabalho e consumo.

* PORTABILIDADE DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO: A portabilidade de financiamento imobiliário é a transferência da dívida de uma instituição financeira para outra. O associado que opta por esse tipo de crédito busca condições de um financiamento imobiliário mais vantajosas em relação ao contrato original da outra instituição financeira. Nossa primeira portabilidade de crédito imobiliário aconteceu em 15/12/2022 na agência de Guaporé - Pontes e Lacerda.

Valorizamos as pessoas e a diversidade

Nosso compromisso com o desenvolvimento e impacto positivo nas regiões onde atuamos são premissas desde a nossa fundação. A seguir listamos algumas iniciativas realizadas em 2022:

- * Programa A União Faz a Vida: É o principal programa de responsabilidade Social do Sicredi que através de uma metodologia própria de projetos, desenvolve os valores de cooperação e cidadania em escolas públicas e privadas de 19 cidades da área de atuação da Cooperativa impactando positivamente mais de 1.400 professores e mais de 15 mil alunos.
- * Programa Cooperação na Ponta do Lápis -Educação Financeira: Cumprindo a missão do Sicredi e seguindo um dos princípios do cooperativismo, a Sicredi Biomas desenvolve, ao longo dos anos, o Programa Cooperação na Ponta do Lápis, voltado para a Educação Financeira. O programa ensina associados (e não associados) a manterem uma vida financeira saudável. Dessa forma, a cooperativa contribui para a construção de uma comunidade cada vez mais sustentável financeiramente. Mais de 14 mil pessoas foram formadas pelo programa em 2022.
- * Programa Crescer: O principal objetivo do programa Crescer é disseminar o conhecimento sobre o cooperativismo e do Sicredi, criando comprometimento e formando uma base de sustentação para a continuidade dos negócios cooperativos. Em 2022, a Sicredi Biomas formou mais de 12 mil pessoas com o Programa.
- * É de Coração, é Cooperação- Dia C: As campanhas em conjunto tem como objetivo, através dos valores do cooperativismo e do voluntariado, trazer sensibilidade e leveza, mas também assumir uma posição de educar a comunidade sobre o que é cooperativismo e como praticamos em nosso dia a dia, com um discurso proprietário criado especificamente para a cooperativa através de ações voluntárias como doação de alimentos, roupas, brinquedos, etc.
- * Fundo Social: Em 2022 a Sicredi Biomas atendeu mais de 70 entidades e projetos na nossa área de atuação em MT, AC e AM. Foram investidos quase 1 milhão para aquisição de diversos itens como cadeiras de rodas, materiais de biossegurança, cestas básicas e de higiene pessoal, além de outros itens. Várias entidades como APAEs, Rotarays, Lions, Lar de criança e de idosos foram atendidos com o Fundo Social.
- * Maratona Futuro: Em outubro de 2021 a Sicredi Biomas realizou a primeira etapa no Acre a Maratona Futuro. Inspirada nos modelos de Hackathon, a Maratona queria resolver dois problemas comuns no Acre: falta de coleta seletiva de resíduos em Rio Branco e a disseminação do cooperativismo no estado. No total, 17 equipes se inscreveram e concorreram ao patrocínio de 50 mil reais para execução do projeto vencedor. Em 2022 foi realizada a segunda etapa com a realização do primeiro projeto, uma feira do cooperativismo no Shopping de Rio Branco – AC, a Expocoop que teve a participação de mais de 700 pessoas.
- * Parceria com Sebrae: Demoday 2022, evento organizado pelo Sebrae/Acre que oportunizou e promoveu encontros de negócios entre empresas e investidores no Acre, com o objetivo de apresentar soluções inovadoras e ideias criativas para contribuir na resolutividade de empreendimentos no estado. Durante o Demoday, 11 startups participantes do Programa de Pré-Aceleração do SebraeLab/Ufac e 31 do Programa de Aceleração do Inova Amazônia se reuniram no SebraeLab, na Universidade Federal do Acre (Ufac), em torno do desafio de trocar informações e experiências para promover o crescimento das empresas. Este número é cinco vezes maior do que o registrado nas edições anteriores.
- * Campanha Movimento EcoBiomas: conjunto de ações que fazemos para trazer destaque às questões socioambientais, utilizando as informações do relatório de sustentabilidade do Sistema Sicredi e as ações pontuais que a Cooperativa promove. Nessa pegada de trazer atividades voltadas a sustentabilidade, adotamos em 2022 duas ações específicas em agências da Sicredi Biomas: papacartão nas agências de Araputanga, Pontes e Lacerda (Buriti), Cruzeiro do Sul e Rio Branco (Aquiri), e a entrega de mudas de árvores frutíferas aos associados nas agências de Comodoro e Reserva do Cabaçal.

Reconhecimentos

Há mais de 10 anos, figuramos em alguns dos mais reconhecidos rankings e premiações nacionais, tais como: Melhores e Maiores, da Revista Exame, Valor 1000, do Valor Econômico, Melhores Empresas para Trabalhar, da Revista Você S/A, rankings do Banco Central e BNDES. Em 2022 tivemos a avaliação corporativa elevada pela Moody's. O Sicredi conquistou o rating mais alto da agência, passando de AA+ para AAA, comprovando que tem um dos perfis de crédito mais seguros e menos arriscados avaliados pela agência de classificação de risco. Além disso, fomos reconhecidos como a 4º melhor Instituição Financeira em ranking divulgado pela Revista Forbes, mesmo que nos cita como a melhor instituição financeira do Brasil no atendimento físico e digital.®

Agradecemos aos nossos associados, colaboradores e parceiros pela dedicação e trabalho contínuo.
Juntos seguiremos construindo uma sociedade mais próspera.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021		
ATIVO	2.481.256	1.692.649	PASSIVO	2.218.577	1.462.056		
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	23.503	12.799	DEPÓSITOS	(Nota 11)	1.030.545	799.949
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.443.161	1.675.702	Depósitos à vista		323.094	277.286
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	38.900	25.678	Depósitos de poupança		2.475	24
Titulos e valores mobiliários	(Nota 06)	859.411	292.586	Depósitos interfinanceiros		261.855	229.878
Centralização financeira	(Nota 04)	81.908	136.053	Depósitos a prazo		443.121	292.761
Relações interfinanceiras ativas		712	905	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.031.888	555.942
Operações de crédito	(Nota 07)	1.344.878	1.145.520	Relações interfinanceiras	(Nota 12)	977.902	537.724
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	117.352	74.960	Obrigações por empréstimos	(Nota 13)	8.390	10.232
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(66.015)	(40.464)	Obrigações por repasses	(Nota 14)	142	355
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	18.391	6.636	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	45.454	7.631
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	58.413	34.104	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 16)	409	210
INTANGÍVEL	(Nota 10)	3.803	3.872	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	155.735	105.955
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				(Nota 18)	262.679	230.593	
CAPITAL SOCIAL					88.838	74.467	
RESERVAS DE SOBRAS					163.209	140.645	
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS					10.632	15.481	
TOTAL DO ATIVO	2.481.256	1.692.649	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.481.256	1.692.649	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

Descrição das contas		01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		186.202	325.877	172.050
Operações de crédito	(Nota 07)	128.944	240.212	155.481
Resultado de títulos e valores mobiliários		46.528	67.280	11.152
Ingressos de depósitos intercooperativos		10.730	18.385	5.417
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(116.147)	(193.713)	(60.983)
Operações de captação no mercado	(Nota 21)	(51.544)	(86.881)	(18.172)
Operações de empréstimos e repasses		(41.705)	(65.203)	(20.912)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(22.898)	(41.629)	(21.899)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		70.055	132.164	111.067
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais		(41.809)	(76.069)	(51.855)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	(Nota 22)	24.580	46.036	37.665
Rendas de tarifas bancárias		4.886	9.509	8.521
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 23)	(29.614)	(52.115)	(35.044)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 24)	(37.690)	(69.649)	(52.183)
Dispêndios e despesas tributárias		(214)	(438)	(362)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 25)	15.341	26.065	15.704
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 26)	(19.098)	(35.477)	(26.156)
RESULTADO OPERACIONAL		28.246	56.095	59.212
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		28.246	56.095	59.212
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 19)	159	-	5
Provisão para Imposto de Renda		95	-	5
Provisão para Contribuição Social		64	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(3.711)	(7.754)	(6.402)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES		24.694	48.341	52.815

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas

CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2021	68.646	114.843	1.408	14.078	198.975
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(13.832)	(13.832)
Outras destinações	-	-	-	(246)	(246)
Capital de associados					
Aumento de capital	6.975	-	-	-	6.975
Baixas de capital	(3.721)	-	-	-	(3.721)
Reversões de reservas	-	-	(1.408)	1.408	-
Resultado do exercício	-	-	-	52.815	52.815
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(7.740)	(7.740)
Juros sobre o capital próprio	2.567	-	-	(2.620)	(53)
Reserva legal - Estatutária	-	25.802	-	(25.802)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(2.580)	(2.580)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	74.467	140.645	-	15.481	230.593
Mutações do Exercício	5.821	25.802	(1.408)	1.403	31.618
Saldos no início do exercício em 01/01/2022	74.467	140.645	-	15.481	230.593
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(15.281)	(15.281)
Outras destinações	-	-	-	(200)	(200)
Capital de associados					
Aumento de capital	11.232	-	-	-	11.232
Baixas de capital	(4.656)	-	-	-	(4.656)
Resultado do exercício	-	-	-	48.341	48.341
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(4.253)	(4.253)
Juros sobre o capital próprio	7.795	-	-	(8.057)	(262)
Reserva legal - Estatutária	-	17.720	-	(17.720)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	4.844	-	(4.844)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(2.835)	(2.835)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2022	88.838	163.209	-	10.632	262.679
Mutações do Exercício	14.371	22.564	-	(4.849)	32.086
Saldos no início do semestre em 01/07/2022 (Não auditado)	77.640	140.645	-	23.647	241.932
Destinação resultado exercício anterior					
Capital de associados					
Aumento de capital	6.172	-	-	-	6.172
Baixas de capital	(2.769)	-	-	-	(2.769)
Resultado do semestre	-	-	-	24.694	24.694
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(4.253)	(4.253)
Juros sobre o capital próprio	7.795	-	-	(8.057)	(262)
Reserva legal - Estatutária	-	17.720	-	(17.720)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	4.844	-	(4.844)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(2.835)	(2.835)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2022	88.838	163.209	-	10.632	262.679
Mutações do Semestre	11.198	22.564	-	(13.015)	20.747

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditedo)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	46.657	92.566	72.145
Resultado do semestre/exercício	24.694	48.341	52.815
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	21.963	44.225	19.330
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	22.898	41.629	21.899
Depreciação e amortização	3.389	6.492	4.930
Baixas do ativo permanente	65	158	172
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(136)	199	69
Destinações ao FATES	(4.253)	(4.253)	(7.740)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	45.649	165.242	(39.410)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	3.114	(13.222)	(16.169)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(173.815)	(308.469)	(117.243)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	5.167	193	(117)
(Aumento) em operações de crédito	(130.343)	(215.436)	(429.613)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	207.580	440.178	226.434
(Aumento) em outros ativos financeiros	(23.875)	(42.392)	(27.420)
(Aumento) em outros ativos	(1.242)	(11.754)	(845)
Aumento em depósitos	115.368	230.596	292.100
Aumento em passivos financeiros	1.546	37.823	1.723
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.057)	(2.055)	(70)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(4.875)	(8.856)	(5.651)
Aumento em outros passivos	48.081	58.636	37.461
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	92.306	257.808	32.735
Aquisição de imobilizado de uso	(17.588)	(29.601)	(17.278)
Aplicações no intangível	(907)	(1.289)	(1.188)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(18.495)	(30.890)	(18.466)
Integralização de capital	6.172	11.232	6.975
Baixa de capital	(2.769)	(4.656)	(3.721)
Fundos estatutários	(2.835)	(2.835)	(2.580)
Juros ao capital próprio	(262)	(262)	(53)
Distribuição de Sobras	-	(15.481)	(14.078)
Patrimônio líquido de incorporada	-	-	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	306	(12.002)	(13.457)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	74.117	214.916	812
Caixa e equivalente de caixa no início do período	419.465	278.666	277.854
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	493.582	493.582	278.666

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas

CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Resultado líquido do exercício	24.694	48.341	52.815
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	24.694	48.341	52.815

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 29/01/1989 e sede situada na Avenida Castelo Branco, 194, na cidade de Araputanga - Mato Grosso. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2022, está organizado por 105 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2454 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 28 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais - acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") - a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1) e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 8 de fevereiro de 2023.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídos na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 1.962 (2021 - R\$ 1.157) referente a Atos Não Cooperativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa não investida em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.

- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata-die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 16%, em atendimento a Medida Provisória nº 1.115, publicada em 29 de abril de 2022, que elevou a alíquota em um ponto percentual e produzindo efeitos durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expressas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	23.503	12.799
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	388.171	129.814
Centralização financeira	81.908	136.053
Total	493.582	278.666

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2022 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2021 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2022				Total	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	38.900	38.900	25.678	
Total	-	-	38.900	38.900	25.678	
Total circulante				-	3.659	
Total não circulante				38.900	22.019	

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2022				31/12/2021	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Titulos de renda fixa - CPR	28.622	121.855	263.373	413.850	125.469	
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	322.545	-	-	322.545	-	
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	65.626	-	-	65.626	129.814	
Participações de Cooperativas	-	-	57.390	57.390	37.303	
Total	416.793	121.855	320.763	859.411	292.586	
Total circulante				538.648	169.883	
Total não circulante				320.763	122.703	

A partir de julho de 2022, o BACEN estabeleceu através da Instrução Normativa BCB Nº 268 de 01 de abril de 2022 que as participações de cooperativas, anteriormente apresentadas na rubrica de outros investimentos, passam a ser classificadas em títulos e valores mobiliários.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na ANBIMA.

a) Participações de cooperativas

	Registrados ao custo de aquisição	31/12/2022		31/12/2021	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Sicredi Participações S.A.			18.254		18.255
Sicredi Fundos Garantidores			1		1
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte			39.135		19.047
Total	18.254		57.390		37.303

Apresentamos abaixo os números de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais dos investimentos em dezembro de 2021, os quais passaram a ser apresentados em dezembro de 2022 em títulos e valores mobiliários participações de cooperativas:

Descrição	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Número de ações/quotas possuídas	6.127.094 ON	6.127.094 ON	1	1	39.135.401	19.047.402
	12.127.312 PN	12.127.312 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,57%	0,87%	0,62%	0,63%	6,99%	5,64%
Capital social	3.208.211	2.108.211	161	161	559.963	337.972
Patrimônio líquido	3.298.737	2.111.744	369.267	368.071	570.217	344.471
Resultado líquido do exercício	115.902	(15.246)	1.195	33.761	(2.064)	-
Valor das participações das cooperativas	18.254	18.255	1	1	39.135	19.047

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2022				31/12/2021	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	24.561	140.226	241.288	310.268	716.343	
Financiamentos	673	19.366	61.430	109.877	191.346	
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.349	35.741	139.762	260.337	437.189	
Total das operações de crédito	26.583	195.333	442.480	680.482	1.344.878	
Avali e fianças honrados (Nota 08)	474	2	-	-	476	
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	3	60	176	882	1.121	
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	75.664	28.060	438	104.162	
Total de outros créditos	477	75.726	28.236	1.320	105.759	
Carteira total	27.060	271.059	470.716	681.802	1.450.637	
Total circulante				768.835	583.367	
Total não circulante				681.802	630.316	

Os valores de títulos e créditos a receber foram reclassificados para a rubrica de valores a receber relativos a transações de pagamento para adequar a contabilização das transações de pagamento por cartão, de acordo com a Carta Circular 3.828/17. A partir de junho de 2022, passamos a apresentar esta abertura na nota explicativa. Estes valores referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às transações com cartão de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
AA	-	38.012	34.287	-	-
A	0,50	773.217	670.381	3.866	3.352
B	1,00	396.054	351.046	3.959	3.508
C	3,00	135.517	94.271	4.066	2.828
D	10,00	35.349	24.110	3.535	2.411
E	30,00	18.084	10.351	5.425	3.105
F	50,00	11.783	5.743	5.892	2.872
G	70,00	11.166	3.504	7.817	2.453
H	100,00	31.455	19.990	31.455	19.935
Total		1.450.637	1.213.683	66.015	40.464

Conforme disposto no Art. 6º da Resolução CMN nº 4.846/20, a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir somente sobre a parcela do crédito cujo risco de crédito é assumido pela Cooperativa e esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 410.945 (dezembro de 2021 - R\$ 336.283) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 28). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 4.878 (dezembro de 2021 - R\$ 4.840) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2022			Total da Carteira	31/12/2021		
		A vencer						
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses				
Pessoas físicas	19.501	154.112	230.362	282.293	686.268	591.813		
Rural	1.349	35.741	139.762	260.337	437.189	356.109		
Industrial	59	2.677	2.751	2.114	7.601	7.946		
Comércio	3.501	49.522	63.413	80.382	196.818	186.630		
Pessoas jurídicas	2.650	29.007	34.428	56.676	122.761	71.185		
Total	27.060	271.059	470.716	681.802	1.450.637	1.213.683		
Total circulante					768.835	583.367		
Total não circulante					681.802	630.316		

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2022	%	31/12/2021	%
10 maiores devedores	52.063	3,59	52.342	4,31
50 devedores seguintes	119.084	8,21	122.251	10,07
100 devedores seguintes	122.102	8,42	117.783	9,70
Demais	1.157.388	79,78	921.307	75,92
Total	1.450.637	100,00	1.213.683	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	51.617	40.464	34.050
Constituição de provisão	41.814	74.822	43.468
Reversão de provisão	(18.916)	(33.193)	(21.569)
Movimentação de baixados para prejuízo	(8.500)	(16.078)	(15.485)
Saldo final	66.015	66.015	40.464

f) Resultado com operações de crédito:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e títulos descontados	177.196	108.857
Financiamentos	30.330	21.629
Financiamentos rurais e agroindustriais	23.340	16.647
Outros	631	248
Subtotal	231.497	147.381
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	8.715	8.100
Total	240.212	155.481

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 37.056 (2021 - R\$ 17.407).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 07)	104.162	67.272
Rendas a receber	4.186	1.974
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	1.121	675
Avali e fianças honrados (Nota 07)	476	216
Transações com cartão de crédito	7.020	4.515
Devedores por depósitos em garantia (Nota 16)	387	308
Total	117.352	74.960
Total circulante	115.645	74.119
Total não circulante	1.707	841

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a receber relativos as transações de pagamento, sejam de associados ou do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Os valores a receber relativos a transações de pagamento referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às operações com cartões de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros valores e bens	9.460	1.248
Adiantamentos e antecipações salariais	199	128
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	2.612	529
Adiantamentos para Confederação Sicredi	726	642
Cotas de consórcio	1.922	1.420
DI a repassar - Central	462	133
Impostos e contribuições a compensar	479	403
Pendências a regularizar	1.329	1.724
Valores em análise pela SFG	36	59
Outros	362	256
Total circulante	17.587	6.542
Outros valores e bens	699	94
Outros	105	-
Total não circulante	804	94
Total	18.391	6.636

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

Os valores de impostos e contribuições a compensar referem-se a alguns casos em que houve pagamento indevido de valores de INSS decorrente de estornos de notas fiscais que possuam retenção de INSS ou situações de reprocessamentos da folha de pagamento. Ambos os casos serão compensados através da PER/DCOMPweb.

a) Outros valores e bens

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	9.715	1.085
Imóveis	5.538	978
Veículos e afins	394	107
Máquinas e equipamentos	3.783	-
Despesas antecipadas	444	257
Total	10.159	1.342

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram recebidos doze imóveis e uma usina fotovoltaica como doação em pagamento.

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2022			31/12/2021
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	77.884	(19.471)	58.413	34.104
Imobilizações em curso	-	18.355	-	18.355	5.877
Terrenos	-	3.976	-	3.976	3.805
Edificações	4%	4.489	(1.074)	3.415	2.449
Instalações	10%	3.361	(702)	2.659	1.796
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	17.470	(5.762)	11.708	7.991
Móveis e equipamentos	10%	12.138	(3.729)	8.409	5.862
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.390	(546)	844	716
Equipamentos de processamento de dados	20%	14.952	(6.932)	8.020	4.785
Veículos	20%	1.753	(726)	1.027	823
Intangível		13.660	(9.857)	3.803	3.872
Investimentos Confederação	20%	13.655	(9.855)	3.800	3.868
Outros ativos intangíveis	20%	5	(2)	3	4

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2022				31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	323.094	-	-	323.094	277.286
Depósitos de poupança	2.475	-	-	2.475	24
Depósitos interfinanceiros	25.229	135.904	100.722	261.855	229.878
Depósitos a prazo	9.637	12.018	421.466	443.121	292.761
Total	360.435	147.922	522.188	1.030.545	799.949
Total circulante				508.357	368.394
Total não circulante				522.188	431.555

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Repasses interfinanceiros	977.901	537.722
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1	2
Total	977.902	537.724

a) Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2022			31/12/2021	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	62.505	259.538	521.439	843.482	479.789
Total - Recursos do Crédito Rural	62.505	259.538	521.439	843.482	479.789
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	9.861	24.571	99.987	134.419	57.933
Total - Outros Recursos	9.861	24.571	99.987	134.419	57.933
Total	72.366	284.109	621.426	977.901	537.722
Total circulante				356.475	166.830
Total não circulante				621.426	370.892

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 15,55% a.a. com vencimentos até 15/12/2031, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2022			31/12/2021	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.160	6.230	8.390	10.232
Total	-	2.160	6.230	8.390	10.232
Total circulante				2.160	1.622
Total não circulante				6.230	8.610

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2022			31/12/2021	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	98	44	-	142	355
Total	98	44	-	142	355
Total circulante				142	250
Total não circulante				-	105

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 24/06/2023.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, possuem vencimentos mensais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para garantias financeiras prestadas	932	1.516
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	4.500	-
Recursos em trânsito de terceiros	1.665	2.791
Total circulante	7.097	4.307
Provisão para garantias financeiras prestadas	3.946	3.324
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	34.411	-
Total não circulante	38.357	3.324
Total	45.454	7.631

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a letras financeiras com cláusula de subordinação com vencimentos até 2032, pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, cujos juros são pagos semestralmente.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	Provável	366	100
Cível	Provável	43	110
Total não circulante		409	210

Natureza	31/12/2021	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2022
Trabalhista	100	266	-	366
Cível	110	142	(209)	43
Total não circulante	210	408	(209)	409

Em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 83 e R\$ 1.923 (dezembro de 2021 - R\$ 60 e R\$ 0), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo administrativo nº 004/2021, no município de Comodoro, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo ISSQN. Na decisão de 1ª instância foi deferida parcialmente a reclamação apresentada no tocante ao valor decadente, atingindo o valor de R\$ 1.442, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 387 (dezembro de 2021 - R\$ 308), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Transações com cartões de crédito	110.831	69.265
Provisão para pagamentos a efetuar	6.188	4.186
Cotas de capital a pagar	3.650	3.209
Provisão para participações nos lucros	7.806	5.877
Fundo de assistência técnica, educacional e social	5.371	9.962
Fundos voluntários	3.035	2.629
Impostos e contribuições a recolher	2.455	1.364
Credores diversos	8.107	6.349
Cheques administrativos	7.427	2.519
Cobrança e arrecadação de tributos	448	342
Pendências a regularizar	417	253
Total	155.735	105.955
Total circulante	155.711	105.951
Total não circulante	24	4

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasses dos custos sobre a carteira de adquirência).

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	88.838	74.467
Total de associados	66.092	52.120

Em 31 de dezembro de 2022, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 14.370 (dezembro de 2021 – R\$ 5.822), sendo R\$ 7.795 (dezembro de 2021 – R\$ 2.567) via integralização de resultados e R\$ 11.232 (dezembro de 2021 – R\$ 6.975), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.656 (dezembro de 2021 – R\$ 3.721).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 10,54% em Conta Capital, no montante de R\$ 8.057 (dezembro de 2021 – R\$ 2.620), calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/09, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados, a partir do resultado líquido antes das destinações estatutárias, de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 50% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 12% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 5% para a constituição do Fundo Social, destinado a apoiar ações de interesse coletivo desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	56.095	59.212
Participação nas sobras	(7.754)	(6.402)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	48.341	52.810
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(19.820)	(23.765)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	19.015	23.246
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	3.303	1.179
Demais adições e exclusões previstas na legislação	170	5
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	5

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e retornou para 15% a partir de janeiro de 2022. A partir de agosto, a Lei 14.446/2022 trouxe uma majoração de 1% na alíquota das instituições financeiras, com vigência até dezembro de 2022.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Administradora de Cartões (em dezembro de 2020), Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	38.900	25.678
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	859.411	292.586
Centralização financeira (Nota 04)	81.908	136.053
Outros ativos financeiros (Nota 08)	3.493	1.809
Outros ativos (Nota 09)	1.188	642
Intangível (Nota 10)	3.800	3.868
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	261.855	229.878
Relações interfinanceiras (Nota 12)	977.901	537.722
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	8.390	10.232
Outros passivos (Nota 17)	124.724	66.598
Outros passivos financeiros (Nota 15)	38.911	-
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	67.280	11.152
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 22)	15.876	13.593
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	830	203
Ingressos de depósitos intercooperativos	18.385	5.417
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 21)	39.142	7.346
Operações de empréstimos e repasses	65.195	20.895
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)	3.645	2.626
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	15.771	11.468

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2022	% em relação ao total	31/12/2021
Depósitos à vista	225	0,07%	232
Depósitos a prazo	1.422	0,32%	1.256
Operações de crédito	3.758	0,28%	2.248

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Pessoas chave da administração	3.896	2.995

NOTA 21 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos de poupança	82	104	-
Depósitos interfinanceiros	19.123	34.642	7.346
Depósitos de aviso prévio	23	43	15
Depósitos a prazo	28.659	46.551	9.990
Divida subordinada	3.080	4.500	-
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	577	1.041	821
Total	51.544	86.881	18.172

NOTA 22 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Cartões	7.871	14.756	11.557
Cobrança	1.263	2.427	2.137
Consórcios	1.600	3.020	2.384
Distribuição de produtos e serviços bancários	7.880	15.612	13.371
Seguros	3.558	6.354	5.163
Taxas e tarifas	507	838	399
Antecipação de recebíveis	1.297	1.797	1.400
Outros serviços	604	1.232	1.254
Total	24.580	46.036	37.665

NOTA 23 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	15.448	27.923	19.450
Benefícios	7.943	13.575	8.301
Encargos sociais	6.096	10.423	7.212
Treinamentos	127	194	81
Total	29.614	52.115	35.044

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Água, energia e gás	585	1.326	1.410
Aluguéis	3.748	6.917	5.106
Comunicação	960	1.864	1.680
Manutenção e conservação	2.056	4.095	3.115
Material de expediente	595	1.306	1.096
Processamento dados	1.979	3.958	2.244
Propaganda e publicidade	985	1.509	1.244
Promoções e relações públicas	3.761	6.550	3.804
Serviços do sistema financeiro	1.466	2.907	3.758
Assessoria e consultoria	220	378	173
Serviços jurídicos	338	537	393
Serviços de terceiros	1.227	2.221	2.042
Serviços de técnicos especializados	4.341	8.027	5.159
Serviços de vigilância e segurança	960	1.816	1.573
Serviços de transportes	1.835	3.486	2.973
Depreciação	2.671	5.136	3.595
Amortização (Rateio Confederação)	718	1.356	1.335
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	4.875	8.856	5.651
Emolumentos e taxas diversas	495	1.018	803
Seguros	139	275	275
Outras despesas administrativas	3.736	6.111	4.754
Total	37.690	69.649	52.183

NOTA 25 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Absorção de dispêndios - FATES	4.875	8.856	5.651
Utilização de fundos voluntários	1.473	2.454	967
Lucros na alienação de valores e bens	7	233	38
Recuperação de encargos e despesas	2.283	3.219	1.577
Reversão de provisões operacionais	159	238	256
Reversão de provisões impostos folha	1.135	1.497	1.069
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	2.212	4.041	3.069
Reversão de provisões para passivos contingentes (Nota 16)	168	209	194
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	1.682	3.156	2.188
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	134	219	119
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	499	1.005	145
Outras rendas operacionais	714	938	431
Total	15.341	26.065	15.704

NOTA 26 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.869	2.876	2.356
Contribuições Cooperativistas	99	181	159
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	282	547	444
Contribuição Confederação Sicredi	6.474	11.567	8.063
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	1.072	1.923	1.694
Provisões para garantias financeiras prestadas	1.790	4.079	2.931
Provisões para passivos contingentes (Nota 16)	33	408	263
Outras provisões operacionais	1.042	1.803	1.231
Operações com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	4.196	7.951	5.465
Risco operacional	550	909	543
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	321	623	71
Outras despesas operacionais	1.370	2.610	2.936
Total	19.098	35.477	26.156

NOTA 27 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes das destinações	24.694	48.341	52.815
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	24.694	48.341	52.815

NOTA 28 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de garantias prestadas	410.945	336.283
Total	410.945	336.283

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 29 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais;
- Identificação, coleta e tratamento de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAS;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades".

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alegadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normalização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade;
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e os controles implementados. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 30 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	297.787	226.721
Nível I (NI)	258.876	226.721
Capital principal - CP	258.876	226.721
Capital social	88.838	74.467
Reservas de capital	163.209	140.645
Sobras acumuladas	10.632	15.481
Ajustes Prudenciais	(3.803)	(3.872)
Nível II (NII)	38.911	-
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	38.911	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.132.377	1.594.341
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.226	2.230
Margem de Capital	72.662	65.057
Índice de Basileia (PR / RWA)	13,97%	14,22%
Situação de Imobilização (Imob)	58.413	34.105
Índice de Imobilização (Imob / PR)	19,62%	15,04%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 31 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2022, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 32 – OUTRAS INFORMAÇÕES

I) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração das Cooperativas Singulares durante o exercício de 2022.

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

a) Resumo do Plano de Implementação:

- Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps);
- Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias;
- Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo, etc.;
- Fase IV (2023/2024): Testes e implementações.

Salientamos, que em caso de emissão de normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21 pelo Banco Central do Brasil, será necessário a revisão do plano de implementação.

Ediano José Neves
Diretor Executivo
CPF: 770.239.191-04

Luciano Pereira De Andrade
Diretor de Operações
CPF: 496.207.031-20

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20